

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Cobrança de Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a cobrar a regulação das mídias. Na abertura do ano judiciário, em que esteve ao lado dos ministros do STF, de parlamentares e do presidente da OAB, Beto Simonetti, o chefe do Planalto disse que a ação é fundamental para “desmantelar a máquina de fake news” existente no Brasil.

Reprodução/Instagram



Desdobramentos

A nova fase da Operação Vigilância Aproximada da Polícia Federal, que mirou o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (foto), do Republicanos, abriu um capítulo na cena política brasileira. Com o avançar das investigações, os agentes identificaram indícios de que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) recebeu informações da “Abin paralela”, sob a gestão de Alexandre Ramagem. Como resultado, a polarização tende a ganhar mais força. De um lado, há os que acusam a PF de abuso; de outro, há os que apostam que o clã Bolsonaro está ruindo.

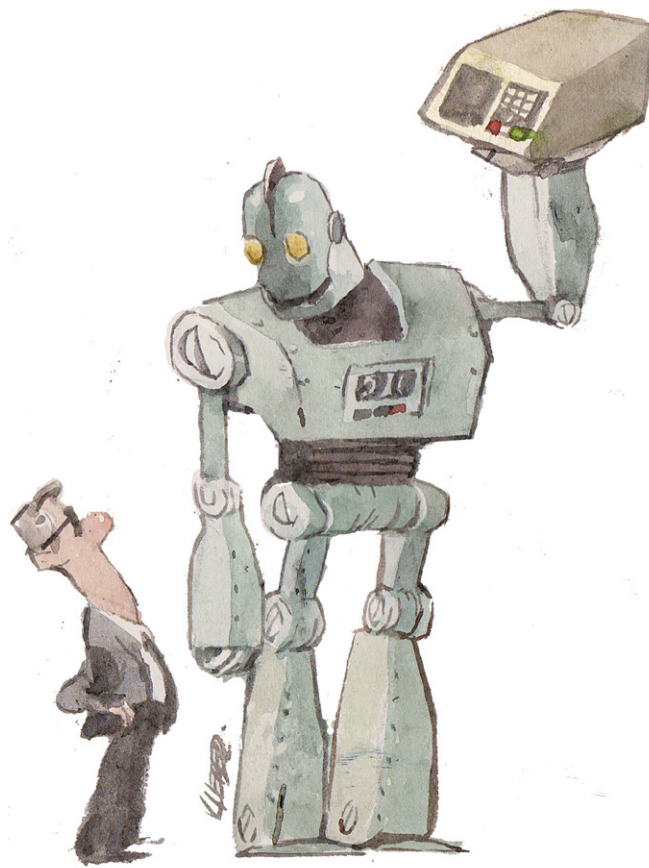
Lula-Freitas

Não se fala em outra coisa a não ser da aproximação entre Lula e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Os bolsonaristas estão irritados, pois o petista teria “seduzido” o aliado de Jair Bolsonaro. Ontem, o chefe do Planalto disse que o governo estadual terá “todo o apoio necessário” da gestão federal. O encontro entre eles virou até meme nas redes sociais, já que o republicano riu de uma piada do presidente e da fala de uma pessoa da plateia que pediu para ele “voltar para o PT”.

IA na mira

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), vem sendo pressionado a decretar regime de urgência na tramitação dos projetos de lei que regulamentam as redes sociais e a inteligência artificial (IA). Além da insistência do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, e de profissionais que operam a comunicação política no Congresso, entrou na articulação o presidente do Republicanos, deputado federal Marcos Pereira (SP), que também é vice-presidente da Casa.

Na abertura dos trabalhos do TSE, Marcos Pereira — pré-candidato à sucessão de Arthur Lira — deu total apoio à regulamentação das redes. Nos bastidores do Congresso, marqueteiros e líderes de legendas estão a todo vapor em busca de consenso sobre a pauta.



Setor rodoviário

A Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiro (Anatrip) conseguiu restabelecer uma liminar na Justiça para que as empresas ligadas à entidade possam adquirir os veículos sem a necessidade das plataformas elevatórias ou dispositivos de poltrona móvel. A decisão foi proferida pela juíza federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho, do TRF-1.

Mudanças

A Anatrip argumenta que a instalação das plataformas elevatórias aumentaria o peso do ônibus em 300kg, sobrecarregando o lado direito dos veículos, podendo causar instabilidade e colocar em risco a segurança dos passageiros. “O Inmetro não apresentou estudos e laudos técnicos que respaldem a segurança dos ônibus equipados com plataformas elevatórias”, disse à coluna o secretário executivo da associação, Gabriel Oliveira.

Infraestrutura

O Lide Brazil Conference reunirá autoridades brasileiras e da Arábia Saudita no Brazil Saudi Arabia Conference, na capital, Riyadh, entre 3 e 5 de março. O evento promoverá debates sobre infraestrutura. O ex-presidente Michel Temer e o embaixador da Arábia Saudita no Brasil, Faisal Ghulam, confirmaram presença.

Jurisprudência consolidada

O STF consolidou a jurisprudência sobre a inexistência de vínculo de emprego em contratos de franquia. Praticamente todos os ministros (à exceção de Edson Fachin) confirmaram a natureza empresarial na relação entre franqueadora e franqueados no julgamento de sete Reclamações Constitucionais impetradas pela seguradora Prudential, dona de uma rede de franquias.

Sem vínculo trabalhista

Em janeiro, os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli cassaram acórdãos do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que reconheciam vínculo de emprego entre donos de corretoras de seguros franqueadas e a Prudential. Antes disso, a seguradora firmou um acordo com o Ministério Público do Trabalho, de abrangência nacional, que extinguiu as obrigações de duas Ações Cíveis Públicas que questionavam o modelo de franquia da companhia.

PODER / Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida argumenta que a iniciativa, na prática, significa privatizar a execução penal, o que é absolutamente vedado pela Constituição. Segundo ele, o problema do sistema carcerário é a ausência do Estado

Críticas à privatização de presídios

» MAYARA SOUTO

Clarice Castro/MDHC

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, criticou a privatização de presídios e alegou que a violência no sistema carcerário tem resquícios da ditadura militar. “O problema todo do sistema carcerário, ao contrário do que se pode pensar, é a ausência do Estado. Ele se tornou um celeiro para a ampliação do crime organizado”, afirmou, em café da manhã com jornalistas. “Se a gente não for capaz de colocar o sistema penitenciário nos termos da lei, do que determina a Constituição, não seremos capazes de lidar com a segurança pública do Brasil.”

Em setembro do ano passado, um decreto, assinado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, concedeu incentivos tributários para projetos destinados ao sistema prisional e outros setores (saúde, educação etc.). Dessa maneira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apoiou a privatização do presídio de Erechim (RS). À época, Almeida criticou a iniciativa dos integrantes do governo federal e afirmou que iriam fazer uma discussão interna acerca do tema. Ontem, ele declarou que o assunto está sendo debatido dentro da gestão.

“Não se pode privatizar execução penal. O que eles dizem que privatizam são as construções dos estabelecimentos, a prestação dos serviços. O que, na prática, acaba havendo é uma privatização da execução penal, o que é absolutamente vedado pela Constituição”, frisou. “Só o Estado brasileiro pode exercer o poder punitivo. Isso acaba



Almeida disse que conversará com o ministro da Justiça para integrar a política de direitos humanos com a área da segurança pública

fazendo com que as pessoas lucrem com a prisão. São os alertas que estou dando”, disse

O titular da pasta de Direitos Humanos também comentou sobre a origem da violência no país. “As raízes estão nesta vida miserável que estamos produzindo com a pobreza, na falta de perspectiva para as pessoas, com permissividade na esfera pública. Estamos criando uma sociedade do ódio”, disse. “Vejo com muita preocupação que o debate político, em torno da violência e da segurança pública, se dê em torno de medidas de endurecimento da pena, sem pensar em outras camadas do problema”, acrescentou.

Entre as origens desse contexto, no caso dos presídios, ele lembrou da Casa da Morte — centro clandestino de tortura, em Petrópolis

(RJ). O local será transformado em um memorial da ditadura militar e, segundo o ministro, poderá revelar reflexos daquela época existentes no sistema carcerário atual. “É preciso que nós entendamos o que foi a Casa da Morte e como ela se apresenta no sistema prisional. Ela não se refere só ao passado, ela se refere também ao futuro”, afirmou.

Extrema direita

Ele comentou o fato de que o golpe militar está prestes a completar 60 anos. “O golpe foi contra a democracia, mas também contra o futuro do Brasil. Foi um golpe que envolveu interromper o Brasil no seu caminho de desenvolvimento econômico, colocar o Brasil de joelhos perante poderes estrangeiros. Foi um falso nacionalismo, um golpe de entregar o

Brasil para outros países”, enfatizou. “Estamos em um momento de disputa da memória. E olha como a extrema direita está muito mais unificada e organizada, eles estão disputando até a memória do 8 de janeiro. Imagina o que eles fazem com o que aconteceu em 1º de abril de 1964.”

Almeida também adiantou que pretende conversar, nas próximas semanas, com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. “Vamos pensar como podemos atuar de maneira mais firme num debate de segurança pública e direitos humanos. Não existe contradição entre eles. Precisamos desmistificar algumas ideias de direitos humanos de que profere o uso da força, o que é mentira”, ressaltou.

O ministro ainda destacou a importância de as políticas

públicas de direitos humanos serem permanentes e estáveis. “A gente tem que começar a dizer que a política de direitos humanos é questão de gestão pública e administrativa, temos que ver como transformar nossos sonhos mais altos de direitos humanos em política pública, colocando a técnica a serviço do brasileiro”, comentou.

Entre as propostas permanentes, ele anunciou a criação da Rede Nacional de Direitos Humanos, que vai receber denúncias e acompanhar todos os passos do que acontece com a pessoa. Para isso, Almeida garantiu que unidades do MDHC serão criadas em diversas regiões do Brasil e vai unir forças com organizações que já fazem esse trabalho de garantir os direitos humanos nos estados.



Se a gente não for capaz de colocar o sistema penitenciário nos termos da lei, do que determina a Constituição, não seremos capazes de lidar com a segurança pública do Brasil”

Silvio Almeida, ministro dos Direitos Humanos

Memória

Decreto sobre PPI

O decreto editado em abril do ano passado incluiu presídios e segurança pública no rol do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). O texto dispõe “sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais”. O decreto modificou outro publicado em outubro de 2016, no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), que regulamentou as áreas prioritárias do PPI.

A política de parcerias público-privadas instituída pela gestão Temer colocava apenas os setores de logística e transporte, mobilidade urbana, telecomunicação, radiodifusão e saneamento básico entre aqueles que poderiam receber investimentos das iniciativas privadas.